

Ao plenário

da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista

Perante a grave situação financeira que atravessa a CCPJ e no momento em que está, publicamente, sob fogo cruzado, o que se propõe? Adiar. Numa altura em que este organismo precisa de se repensar e atuar em nome do jornalismo e do respeito às instituições, o que se propõe? Adiar. Hoje, dever-se-ia realizar o plenário mensal, marcado há um mês, mas foi adiado por decisão unilateral. A presidente, que não deixou de andar para lá e para cá apesar do gasto excessivo, resolveu ir para Estrasburgo sem razão pertinente, a convite do Parlamento Europeu, supomos (a razão da borla não é razão, até porque aparecem sempre despesas nestas deslocações).

É verdade que são escassos os meios de subsistência para que a CCPJ possa assegurar o funcionamento do sistema de acreditação profissional dos jornalistas, bem como o cumprimento dos respetivos deveres profissionais, que é a sua missão.

É verdade que o Estado criou este organismo independente de direito público, mas despreza-o completamente, sobretudo, quando não cumpre a obrigação estabelecida de financiamento ou não escuta as suas propostas para a dignificação do jornalismo.

E é verdade que há correntes que estão interessadas em outros rumos. Mas também é verdade que, nos últimos anos, a CCPJ enveredou por um caminho estranho, de desvalorização da sua função, de péssima gestão dos recursos humanos e financeiros, de má representação junto dos jornalistas e da opinião pública.

Muitos julgaram que a "simpatia" de não aumentar o preço da carteira profissional bastaria para arranjar "fãs" à CCPJ — se o pagamento bienal passasse a anual, o valor seria de 38 euros, o que corresponderia a 10 cêntimos por dia. Deve pagar-se para trabalhar, como alegaram alguns? Talvez não, mas muitos desses são aqueles que defendem a existência

de uma Ordem de Jornalistas (em tempos recusada pela classe em referendo) sabendo que não há ordens gratuitas.

Por mais que alguns membros, entre os quais nos incluímos, alertem os demais para os problemas, pouco ou nada se resolve em bem, pelo contrário, até se deixou inventar um novo estatuto para a Comissão, de modo a que pudesse concorrer a financiamentos europeus, fazendo-o em total atropelo das regras básicas. Primeiro, encaixou-se a CCPJ no conceito de entidade sem fins lucrativos, depois quis-se fazer crer que se tratava de uma associação profissional e, por fim, pretendeu-se a classificação de entidade formadora, que a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) negou e cuja decisão, mais uma vez, foi escondida do plenário.

Há mais de um ano que abordamos estes assuntos no plenário da CCPJ. Até essa altura fomos leais a uma "direção" que pensámos atuar de boa-fé. Nunca é tarde para parar e refletir, e admitir enganos ou mesmo erros de *casting*. Todavia, isso só é possível quando se rema na mesma direção, com debates saudáveis, e não levantando questiúnculas pessoais, com ideias preconcebidas de guerrinhas.

É verdade que o ano de 2023 foi particularmente difícil dada a mudança de instalações do Palácio Foz para o edifício conhecido por albergar a Direção-Geral do Território. A CCPJ está bem instalada, porém, continua na corda bamba, já que o protocolo da ocupação permanece sem qualquer assinatura por parte do Estado.

É verdade que foi sobretudo a atual presidente a acompanhar essa mudança incontornável. É da sua competência esse papel e, por isso, foi recompensada financeiramente com senhas de presença, viagens e alojamentos, no entanto, temos dúvidas de que deva ser a presidente a representar a CCPJ nas reuniões de condomínio, em que se discutem coisas como avaria de elevadores ou falta de papel higiénico nas casas de banho.

A centralização de quase tudo na pessoa da presidente é um dos entraves ao bom funcionamento da CCPJ. Reflexos disso são os inúmeros pontos na ordem de trabalhos das reuniões semanais do secretariado, tão evocados, interna e externamente, para justificar a ineficácia da sua gestão. Uma palavra aqui para outra das fontes de

rendimento da presidente (em senhas de presença) que representam os despachos. Se é bom que estes sejam fundamentados, é muito mau que pareçam intermináveis sentenças de tribunal. Mais sucintos e eficazes proporcionariam duas poupanças, uma financeira e outra em trabalho. Refiram-se mais factos: em abril deste ano, a presidente convidou o contabilista da CCPJ a participar num plenário. "Em 2022 a CCPJ teve um gasto com senhas de presença de 26 mil euros. Em 2023 passou para 40 mil euros. Um aumento de mais de 55% do valor das senhas contra cerca de 10% de aumento dos custos com os funcionários", informou-nos. Acrescente-se que, só no primeiro semestre deste ano, quase se ultrapassou o valor de 2023, com o grande contributo das senhas de presença atribuídas à presidente (por si própria) no valor de 14 000,28 euros. No ano passado, recebeu 18 948,32 euros, no total. Falando apenas nas senhas de presença que recebeu, estas significam quase uma e meia por dia, incluindo fins de semana. Quase tudo é feito por "iniciativa" do secretariado, a maioria das vezes apenas com a assinatura da presidente em nome do mesmo, contudo, no corpo dos textos ou nos depoimentos fala-se em nome da CCPJ, como se representasse de facto todos os seus membros. O secretariado segue os passos da presidente, quando leva a plenário assuntos que já resolveu como quis, apresentando-os de véspera (ou mesmo dias depois), de modo impossível a serem apreciados com a devida atenção em plenário, que é a reunião de todos os membros. É a política do facto consumado. Aconteceu, por exemplo, a propósito da "candidatura" a fundos europeus. Foi no final do mês de fevereiro que a presidente, em acordo com o restante secretariado, começou a aflorar (digamos, a tentar habituarmo-nos à ideia) de que, na busca de novas fontes de financiamento, a CCPJ se deveria "candidatar a projetos de apoio à literacia". Em abril, alegando estar em cima do prazo, o dito projeto foi enviado aos membros menos de 24 horas antes da sua votação em plenário. Aqui, lamentamos, mas há que dizer que é incompreensível o facto da presidente arranjar formações para ela própria ganhar financeiramente com as mesmas (além da referida candidatura, há que

apontar a "parceria" com o Centro de Estudos Judiciários, agora com o Cenjor incluído como pagante).

Aconteceu, por exemplo, quando, sabendo que essa candidatura fora "chumbada", resolveu não informar os restantes membros na altura própria. A resposta foi divulgada pela Fundação Gulbenkian em julho (a presidente disse sempre que se saberia "lá para outubro") e os restantes membros da CCPJ foram informados da negativa no final de setembro, depois da presidente ter sido questionada no grupo de Whatsapp do plenário.

Aconteceu, por exemplo, quando a presidente resolveu processar um jornalista a custas da CCPJ — foram, pelo menos, seis mil euros em advogados, e desconhecemos quanto em senhas e viagens — quando, no plenário de 15 novembro de 2023, citando a ata, anunciou ter "apresentado uma queixa, em nome pessoal, contra o jornalista Pedro Almeida Vieira junto do Conselho Deontológico (...) e apresentado igualmente queixa junto do Ministério público".

Só depois de uma grande pressão, acabou por retirar a queixa, querendo, no entanto, impor condições tão esquisitas que foram "chumbadas". E não se comprometeu a devolver a quantia gasta indevidamente.

A presidente ficará aborrecida, até ofendida com as nossas palavras. Uma vez mais vimos lembrá-la de que não se trata de uma questão pessoal. Não estamos a acusar a dra. Lúcia Girão, criticamos o comportamento da atual presidente da CCPJ, até porque temos dele algum conhecimento e podemos compará-lo com a atuação da anterior. Não podemos aceitar mais a má gestão da CCPJ nem fazer de conta que nada se passa neste organismo, onde tentámos sempre trilhar o caminho para o qual fomos eleitas pelos nossos pares. É precisamente em nome do respeito à instituição, de modo a prevenir o futuro, que nos propusemos explicar neste documento a nossa decisão.

A lista na qual fomos eleitas, em 2022, propunha-se resistir a tentativas de intromissão que pusessem em causa a independência da CCPJ. Não foi preciso fazer muito para isso, já que nem os membros nem os serviços são muitas vezes informados das decisões que implicam todos

— membros e serviços. Mas desconhecemos até que ponto fomos comprometidos.

As "iniciativas" desenvolvem-se no segredo dos deuses, embora muitas surjam em público em nome da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, ou seja, dos seus nove membros.

A lista na qual fomos eleitas propunha-se lutar para que as práticas comerciais, com ferramentas de marketing agressivo disfarçadas de jornalismo não destruam a credibilidade do jornalismo, incluído a Comunicação. E, de repente, acontece que a CCPJ se dispõe a efetuar "ações de formação" (chama-lhe o secretariado) que mais parecem *mediatraining*. A própria presidente afirmou a dada altura que a ideia era ensinar as fontes a falar com os jornalistas e no fim fazer um manual de boas práticas. Talvez, permitam-nos a ironia, sejam manuais para ensinar os jornalistas a serem mais tranquilos e menos ofegantes. De resto, é difícil de entender.

Poderíamos dizer muito mais, mas basta ler as atas para se compreender do que falamos e há quanto tempo o fazemos. Os acontecimentos recentes revelaram uma Comissão que parece não saber justificar a sua legítima existência nem se preocupar muito em fazê-lo. E adia.

Também nós já adiámos demasiado. Estamos praticamente no final do mandato, mas mais vale tarde do que nunca, como diz o povo. Não reconhecemos à atual presidente capacidade e estatuto para continuar à frente da CCPJ, e como a presidente permanece no seu cargo, pondo e dispondo de tudo como entende, nós, vogais, eleitas pelos jornalistas, renunciámos ao cargo, desejando a todos um resto de bom mandato. Terminamos dizendo o que repetimos na campanha. Sabemos que a profissão de jornalista é desafiante, evolutiva, e que se sabe adaptar às novas realidades, mas não podemos nem queremos abdicar do que é fundamental: verdade, independência e espírito livre e crítico.

Lisboa, 24 de outubro de 2024

Anabela Natário e Isabel Magalhães